

PROVA OBJETIVA

1. À luz dos enunciados do FONAJE e considerando o ajuizamento de uma demanda perante o Juizado Especial Cível por sociedade empresária pertencente a um grupo econômico, é correto afirmar que:

- a) a sociedade empresária pode demandar individualmente no Juizado Especial, caso seja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) por ter personalidade jurídica própria, nada impede o ajuizamento da ação perante o Juizado Especial, desde que sua receita bruta, concebida individualmente, não supere o limite previsto em lei para as microempresas;
- c) a referida sociedade não pode demandar no Juizado Especial, pois a atuação de grupos e conglomerados não se amolda à *ratio essendi* das competências desse órgão jurisdicional;
- d) não pode demandar individualmente no Juizado Especial, caso a soma da receita bruta de todas as sociedades empresárias do grupo supere o limite da empresa de pequeno porte;
- e) o fato de pertencer a um grupo econômico não interfere na possibilidade de ajuizamento de ação individual perante o Juizado Especial.

2. Em relação aos pronunciamentos do juiz e observando o disposto na Lei 9.099/95, é correto afirmar que:

- a) a sentença é ato exclusivo do juiz e contra ela cabe apelação;
- b) é nula a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei 9.099/95;
- c) o juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e, no prazo de 5 (cinco) dias, submeterá ao juiz togado;
- d) não é possível a prolação de sentença ou decisão interlocutória de forma oral;
- e) no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis não se admite sentença ilíquida, mesmo que o pedido possa ser genérico.

3. Na audiência de instrução e julgamento, o autor requer, de forma justificada, a desistência do feito. O réu, por sua vez, se opõe à desistência, pois estima que tem grandes chances de êxito na demanda, bem como penderia de análise o pedido contraposto. Nesse caso, o Juiz Leigo, ao elaborar o projeto de sentença, deve:

- a) negar a desistência em face da oposição do réu e proceder ao julgamento dos pedidos principal e contraposto;
- b) admitir a desistência e julgar prejudicado o pedido contraposto;
- c) indeferir a desistência, pois esta só era possível até a instauração da audiência, e proceder ao julgamento dos pedidos principal e contraposto;
- d) admitir a desistência em relação ao pedido principal, mas proceder ao julgamento do pedido contraposto ante a manifestação do réu em audiência

e) admitir a desistência e julgar extinto, sem resolução do mérito, o pedido contraposto formulado por pessoa jurídica, sob o fundamento de que é inadmissível uma pessoa jurídica figurar como autora de pedido contraposto perante os Juizados Especiais.

4. Acerca da designação de audiência de instrução e das provas nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) as testemunhas, até o máximo de 5 (cinco) para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido;
- b) a prova oral será reduzida por escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos;
- c) não sendo possível sua realização imediata, será a audiência designada para um dos 15 (quinze) dias subsequentes, cientes, desde logo, as partes e testemunhas eventualmente presentes;
- d) no curso da audiência, não poderá o Juiz realizar inspeção em pessoas ou coisas;
- e) todas as provas serão produzidas na audiência de conciliação, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

5. Com base na Lei 9.099/95, analise as assertivas a seguir:

- I. é competente, para as causas sujeitas ao rito da Lei 9.099/95, o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;
- II. serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes, bem como os cessionários de direito de pessoas jurídicas;
- III. as pessoas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e as sociedades de crédito ao microempreendedor são admitidas a propor ação perante o Juizado Especial;
- IV. as ações relativas ao estado e capacidade das pessoas, inclusive de cunho patrimonial, estão incluídas na competência do Juizado Especial;
- V. nas causas de valor até 20 (vinte) salários mínimos, a assistência por advogado é facultativa.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, III e IV
- b) II, IV e V
- c) III, IV e V
- d) II, III e IV
- e) I, III e V

6. No que se refere ao Juizado Especial da Fazenda Pública, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) as sociedades de economia mista, que integram a Administração Pública Indireta, são partes legítimas para figurar no polo passivo;
- b) para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 5 (cinco) dias antes da audiência;
- c) no foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta;
- d) não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos;
- e) as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

7. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, é de competência do Juizado Especial Cível, as

- a) execuções dos títulos executivos extrajudiciais no valor de até 60 vezes o salário-mínimo.
- b) ações possessórias independentemente do valor do bem imóvel.
- c) ações de despejo para uso próprio.
- d) causas relativas a acidentes de trabalho cujo valor não ultrapasse até 40 vezes o salário-mínimo.
- e) causas de natureza alimentar e de interesse da Fazenda Pública, desde que amestadas do valor de 40 vezes o salário-mínimo.

8. Sobre a tramitação de processos no Juizado Especial Cível, é correto afirmar que:

- a) admite-se citação por edital;
- b) admite-se assistência e litisconsórcio;
- c) a intervenção do Ministério Público é incompatível com o rito dos Juizados Especiais;
- d) a contagem dos prazos será em dias corridos, prestigiando-se a eficiência desse procedimento especial;
- e) as sociedades de crédito ao microempreendedor podem figurar como autoras no Juizado Especial.

9. João teve seu veículo atingido por uma viatura da Polícia Militar do Estado X. Buscando obter a reparação dos danos sofridos, comprovadamente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ajuizou ação perante o Juizado Especial de Fazenda Pública em face do Estado X. Tomando o caso acima como premissa, assinale a afirmativa correta.

- a) O Estado X terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- b) Eventual sentença desfavorável à Fazenda Pública estará sujeita à remessa necessária.
- c) Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.
- d) João poderia ter proposto a demanda perante a Vara de Fazenda Pública da mesma comarca, eis que a competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública é relativa.
- e) A citação para a audiência de conciliação deve ser efetivada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

10. Joana ajuizou ação em face do Estado X, requerendo a condenação deste último ao fornecimento de medicamento não constante de lista elaborada pelo SUS. O juízo do Juizado Especial Fazendário julgou procedente o pedido.

O Estado X interpôs recurso inominado, sustentando a incompetência absoluta da Justiça Estadual para apreciar o pedido. Nessa linha, argumentou que, por se tratar de obrigação legalmente imposta à União, caberia à Justiça Federal apreciar o pedido, e não à Justiça Estadual.

A Turma Recursal acolheu o argumento formulado pelo Estado X, conhecendo e provendo o recurso inominado, assim como determinou a remessa dos autos à Justiça Federal. Inconformada com tal decisão, Joana impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do Estado X, o qual teve a ordem denegada, sob o fundamento de incidir a Súmula 376 do STJ na hipótese, verbis: *“Compete à turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial”*.

Sobre o caso narrado, é correto dizer que:

- a) não assiste razão ao TJ, pois excepcionalmente se admite o conhecimento da impetração de mandado de segurança nos tribunais de justiça para fins de exercício do controle de competência dos juizados especiais.
- b) caberia à Turma Recursal determinar a inclusão da União no polo passivo, pois compete à Justiça Estadual decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
- c) em vez de impetrar mandado de segurança, Joana deveria ter interposto recurso especial em face da decisão que conheceu e deu provimento ao recurso inominado do Estado X.
- d) após a remessa dos autos, caso entenda ausente interesse da União na demanda, caberá à Justiça Federal suscitar conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça, para que este decida a respeito.
- e) denegada a ordem no mandado de segurança, Joana deverá pagar honorários de advogado em favor do Estado X, por ter sido sucumbente na demanda.

Gabarito Prova Objetiva

1. **D**
2. **E**
3. **B**
4. **C**
5. **E**
6. **A**
7. **C**
8. **E**
9. **C**
10. **A**

PROVA PRÁTICA

Joana da Silva, empresária, residente em Colombo/PR, adquiriu, através da internet, um notebook pelo valor de R\$ 2.000,00 da loja Notebooks Ltda.

O produto chegou em sua residência no dia 10/01/2024 e a autora logo fez uso do bem normalmente, adotando todas as cautelas e cuidados indicados pelo fornecedor no que tange ao manuseio do aparelho.

No entanto, em 15/02/2024, ainda utilizando o bem com todo o cuidado possível, tentou ligar seu notebook e o bem apresentou defeito, sequer tendo inicializado.

Na mesma data, Joana da Silva entrou em contato com o fornecedor Notebooks Ltda., que informou que analisaria a situação no prazo de 05 dias, todavia, escoado o prazo, nada foi feito. Diante da omissão, Joana, em 21/02/2024, novamente contactou o fornecedor e requereu providências, ao que lhe foi informado que o problema seria resolvido nos próximos 05 dias, no entanto, novamente o prazo decorreu sem qualquer providência pelo fornecedor.

Na sequência, Joana levou o notebook a um especialista em computadores, o qual facilmente constatou a existência de nítido defeito do produto, vício este que havia sido constatado em vários computadores comercializados pelo fornecedor Notebooks Ltda., inclusive em outros processos movidos em face desta empresa.

A fim de afastar qualquer dúvida, Joana levou o aparelho a outro técnico competente, que lhe disse a mesma coisa que o primeiro técnico.

Em razão disso, Joana ajuizou Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais em face de Notebooks Ltda. e requereu (i) a rescisão do negócio, com a devolução em dobro do dinheiro, com juros e correção monetária, e (ii) indenização por danos morais, sob o fundamento de que o dinheiro não foi restituído até o momento da propositura da demanda, o que, por si só, lhe causou humilhação e angústia.

Em contestação, a parte ré, em sede preliminar, sustentou (i) genericamente, a incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para julgamento do feito, ante a necessidade de perícia complexa, pois não é possível saber se o defeito decorreu de mau uso pela autora ou de vício/defeito do bem, e (ii) a sua ilegitimidade passiva, sob o argumento de que apenas comercializa os computadores, os quais, na verdade, são fabricados por outra pessoa jurídica, a qual deve figurar no polo passivo da demanda em seu lugar. Em sede de prejudicial de mérito, afirmou que a autora decaiu do direito, uma vez que decorrido o prazo de 30 dias desde o recebimento do aparelho. No tocante ao mérito, sustentou que (i) não é a responsável pela fabricação dos aparelhos, mas apenas pela comercialização, motivo pelo qual não pode ser condenada, (ii) a inexistência de defeitos no aparelho, tanto que, por mais de um mês, o bem funcionou normalmente, (iii) a inexistência de danos morais, que não decorrem do próprio fato, e (iv) em caso de condenação, especificamente aos danos materiais (restituição), seja feita a devolução na forma simples e que incidam juros e correção monetária somente a partir do trânsito em julgado da sentença.

A parte autora apresentou impugnação à contestação, ocasião em que rebateu todos os argumentos da contestação e reiterou os pedidos iniciais.

Não houve conciliação em audiência e as partes informaram não ter outras provas a produzir, razão pela qual postularam julgamento antecipado do mérito.

Adotando o enunciado acima como relatório (desnecessário novo relatório), profira sentença para o caso narrado.

Crêterios para a corre o da prova prática:

Respeitado o entendimento jurídico de cada candidato, desde que expostas as razões de fato e direito que fundamentarem.

Foram valorados:

- Lógica da exposi o;
- Reda o, domínio da língua portuguesa;
- Enfrentamento de todas as controvérsias indicadas na questão;
- Congruência da motiva o sentencial com o dispositivo, bem como da exposi o de fato com os fundamentos de direito.

RESULTADO

Candidato	Prova Objetiva	Prova Escrita
Sthefani Pinheiro dos Passos Peres	9,0	9,5
João José de Mello	7,0	7,5
Camila de Mirante Jezzini	7,0	7,0
Luiz Guilherme Silva Guilmo	6,0	8,0
Diego dos Santos Silva	5,0	8,0
Ana Elisa Vieira Navarro	5,0	7,0
Leticia Ferreira de Araujo	4,0	Prejudicado
Julia de Melo do Prado	3,0	Prejudicado
Matheus Rodrigues do Amaral	3,0	Prejudicado
Cristiane Machado Pires	2,0	Prejudicado
Camila Greicy Gonçalves Ostwald	1,0	Prejudicado